

BC avalia preço da área invadida em Cariacica

Dois técnicos do Banco Central do Brasil estiveram em Vitória nos últimos dias, para avaliar o preço das terras invadidas por aproximadamente 20 mil pessoas, a partir do início do mês passado, no bairro de Rio Marinho, em Cariacica. O trabalho objetivou a transferência da propriedade do domínio do Banco Ipiranga — que abriu falência e encontra-se sob intervenção federal para liquidação — para a União, através do Banco Central, conforme informou, ontem, o advogado Antônio Luiz Horta.

Enquanto isto, o Juiz José Carlos Cola, da 2ª Vara Civil de Cariacica, anunciava que não concederá liminar de reintegração de posse das terras de Rio Marinho, em favor do Banco Ipiranga, enquanto não ouvir previamente o depoimento público dos invasores da área. Assegurou que, como representante da Justiça cumprira o que determina a lei, porém, agira com cautela, levando em consideração que sua decisão podera atingir milhares de pessoas, as quais "podem ficar ao relento".

Por outro lado, o juiz confessou que acredita firmemente na possibilidade da propriedade de Rio Marinho ser transferida para o domínio da União, baseando-se para tal, no noticiário sobre o assunto. E adiantou que se isso acontecer, antes de apreciar a ação de reintegração de posse do terreno por parte do Banco Ipiranga, a questão será transferida para a Justiça Federal, fugindo, portanto, de sua competência.

AVALIAÇÃO

O Banco Central, através de seu interventor no Banco Ipiranga, Amaury de Almeida, não emitiu, ontem, qualquer comentário sobre a avaliação da propriedade de Rio Marinho, que motivou a visita à área por dois engenheiros daquela instituição bancária. O interventor, quando procurado, alegou, através de sua secretária, que estava "em reunião" não podendo falar a respeito da questão naquele dia.

A propriedade, com 370 mil metros quadrados, encontra-se ocupada por aproximadamente 4.000 barracos, os quais começaram a ser instalados a partir do dia 10 de abril passado. A área pertence ao casal Edgar Lima e Marília Rodrigues Lima, residentes no Rio de Janeiro, e foi adquirida pelo Banco Ipiranga na forma de "Dação de pagamento", como

pagamento de uma dívida da ordem de Cr\$ 6.545.121,22, no dia 20/11/74.

De acordo com o advogado Antônio Luiz Horta, encarregado de representar os interesses do Banco Ipiranga na Justiça, através do ingresso de ação de reintegração de posse, a avaliação que vem sendo efetuada sobre as terras invadidas de Rio Marinho tem como objetivo a transferência do domínio para o Banco Central do Brasil, como forma de cobertura dos recursos injetados na organização sob liquidação e falida.

Alegando estar reunindo a documentação exigida pela Justiça, o advogado Antônio Luiz Horta informou que ainda não ingressou com o pedido de reintegração de posse da propriedade invadida, reafirmando que deve fazê-lo ainda este mês. A ação será interposta na Justiça estadual ou federal, dependendo da esfera em que estiver a questão da área.

Se a propriedade vir a ser transferida, nos próximos dias, para o domínio da União, o advogado Luiz Horta explicou que ingressará com sua ação junto à Justiça Federal. Em caso contrário na 2ª Vara Civil de Cariacica, município onde se verificou a invasão.

CAUTELA

Assim que receber do advogado Antônio Luiz Horta a ação de reintegração de posse da propriedade invadida em Rio Marinho, o juiz José Carlos Cola deixou claro que não adotará qualquer decisão precipitada, mas cautelosa, levando em consideração que a concessão de liminar imediata em favor da ação poderá implicar em requisição das forças policiais para evacuar a propriedade, onde se registra um problema social.

Antes de tomar qualquer decisão sobre a questão, o Juiz assinalou que irá convocar os invasores, possivelmente num estádio de futebol, em "justificativa prévia", colhendo depoimentos de público sobre aspectos relativos da invasão da área. Contudo, face às circunstâncias atuais, acredita que a situação venha ser resolvida na Justiça Federal, pelo fato das terras estarem na iminência de serem transferidas para o domínio do Banco Central, e por consequência para o Poder Público da União.